



O Programa Venezuelano de Educação Ação em Direitos Humanos apresenta seu décimo Relatório Internacional correspondente ao mês de fevereiro de 2014.

Nesta oportunidade, como tópico global analisamos as causas das manifestações e protestos que aumentaram desde o dia 12 de fevereiro e que têm significado muitos fatos de violência e violações aos direitos humanos. No tópico específico, vamos fazer uma retrospectiva da repressão durante os eventos ocorridos em fevereiro de 1989, conhecidos como El Caracazo, vamos sublinhar a impunidade em que estão os crimes cometidos nesse momento e vamos compará-lo com a situação que vive a Venezuela atualmente. Na seção de conjuntura, vamos analisar o preocupante surgimento de grupos paramilitares ativados em conjunto com os corpos de segurança do Estado para o controle das manifestações ocorridas desde 12 de fevereiro deste ano.

Usamos este espaço para pedir a atenção da comunidade internacional e dos povos em geral sobre a necessidade da Venezuela ter espaços de diálogo construtivo para terminar com os atuais fatos de violência no país e as fatais violações aos direitos humanos e para solucionar os problemas do país, bem como para resolver as diferenças entre os venezuelanos e venezuelanas sem danar o tecido social.

Nosso boletim está disponível nos idiomas Espanhol, Português, Inglês e Francês na página web <http://www.derechos.org.ve>. Agradecemos suas sugestões e comentários ao e-mail [boletin@derechos.org.ve](mailto:boletin@derechos.org.ve).

Quer conhecer o cenário de 20 direitos humanos nos últimos 15 anos na Venezuela? Consulte nosso relatório especial "15 anos sobre direitos humanos: inclusão no social, exclusão no político"

## > TEMA GLOBAL

### Causas do protesto na Venezuela

A começos de fevereiro de 2014 começaram uma série de protestos na Venezuela tendo como contexto a difícil situação econômica do país.

Segundo cifras do Banco Central da Venezuela (BCV), o índice de inflação durante o ano 2013 foi de 56%. As cidades mais custosas foram Valência (60,9%), San Cristóbal (69,5%) e Ciudad Guayana (59,6%). Além disso, durante o mês de dezembro de esse ano, o índice de escassez foi 22,2%. Num comunicado de fevereiro de 2014, o maior banco do país disse que "Os esforços do Executivo continuam enfocados ao fornecimento dos produtos que mais consomem os venezuelanos, como alimentos, bens de higiene pessoal e asseio no lar". No país todo, têm-se observado longas filas de consumidores tentando comprar os produtos escassos nas lojas e supermercados. As redes estaduais de distribuição de alimentos, PDVAL e MERCAL, sofrem os mesmos níveis de desabastecimento dos mercados privados, o qual atenta contra o direito à alimentação.

Por outro lado, o Centro de Documentação e Análise Social da Federação Venezuelana de Mestres (Cendas-FVM), organização que tem historicamente medido cada mês as variações na chamada Cesta Básica Familiar (CBF), informou que o preço dela no mês de dezembro de 2013 era 15.622,05 Bs. Isso representa um aumento de 617,76 bolívares respeito ao mês anterior. Além disso, o Centro informou que a variação da CBF do ano 2013 respeito do ano anterior foi de 66,4% (Bs. 6.234,02). Segundo essa cifra, é preciso ter 5.3 salários mínimos para poder comprar a CBF. Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística, de cinco milhões de pessoas que estão no setor formal da economia, 72,14% ganha até dois



Photo: La Patilla

salários mínimos. Se duas pessoas trabalham sob esta situação, poderia haver um déficit de mais de um salário mínimo só para adquirir as calorias necessárias no lar.

Em 22 de janeiro de 2014, o governo anunciou uma desvalorização de 79% para os itens de importação que não são essenciais, bem como quotas de moeda estrangeira para viagens e consumos efetuados de maneira eletrônica, começando assim um programa de ajustes econômicos.

Alguns analistas afins ao projeto bolivariano têm reconhecido a atual situação econômica do país. Felipe Pérez Martí, ex ministro de planificação do Hugo Chávez, descreveu a situação atual de "hiperinflação": "As pessoas estão monopolizando as coisas porque quando o dinheiro não vale nada, é preferível comprar carros, alimentos. Além disso, temos um grande déficit fiscal e a

emissão de notas pelo Banco Central. Esses são sintomas clássicos da hiperinflação”.

Apesar dos esforços do Governo Nacional para outorgar recursos para a agricultura, Venezuela continua sendo um país importador líquido de alimentos, o qual influi na situação de desabastecimento. Segundo a Comissão de Administração de Divisas (Cadivi), em 2012 foram alotados 7.246,96 milhões de dólares para cobrir as importações ordinárias do setor alimentos e bebidas; isto é, um aumento de 14,9% comparado com a quantidade alotada em 2011. Segundo [cifras da Cadivi](#), as importações de alimentos e produtos agrícolas representam o grupo mais grande de beneficiários com 35 novas companhias dentro da lista das primeiras 100 companhias que mais receberam dólares.

Além da inflação e o alto custo da vida, a insegurança cidadã é parte das denúncias dos protestadores. O governo do Nicolás Maduro só reconhece que houve uma [taxa de 39 homicídios por cada 100 mil habitantes](#) no ano 2013, não mostrando a quantidade de homicídios ocorridos durante o ano. Porém, o [Observatório Venezuelano de Violência](#) contou 24.763 homicídios nesse ano; isto é, uma taxa de 79 homicídios por cada 100 mil habitantes (hpcmh), superando a mais grande da região, que está na Honduras com 77.5 hpcmh. Seguidamente estão México, que registra 23.8 hpcmh e Brasil, com 15.5 hpcmh. A menor é Chile, com 2 hpcmh. O elemento que despertou a indignação geral foi o homicídio da atriz Mónica Spear, Miss Venezuela 2004, na noite do 5 de janeiro de 2014. Spear morava fora do país, mas ela veio para fazer turismo quando foi [assaltada e assassinada dentro do carro dela com o esposo](#).

Neste cenário, no dia 04 de fevereiro de 2014, estudantes da Universidade Nacional do Táchira fizeram [um protesto na cidade](#)

[de San Cristóbal](#) para denunciar a insegurança e o suposto abuso sexual contra uma estudante. A incursão da polícia na universidade e detenção de 6 estudantes despertaram a solidariedade de outras instituições de educação superior. A resposta intolerante do Executivo gerou uma reação em cadeia, tendo o zênite em 12 de fevereiro, quando 3 protestadores foram assassinados em Caracas depois de 18 mobilizações pacíficas em todo o país. A mistura de crise econômica com repressão é prejudicial para os direitos humanos.

## Dicas

Diferentes fatos violentos e violações aos direitos humanos se produziram durante os recentes protestos e manifestações ocorridas no país. Entre 12 de fevereiro e 12 de março de 2014, podemos listar as seguintes cifras:

Aproximadamente [1.300 pessoas foram detidas e 33 delas ficaram aprisionados](#), segundo a organização Foro Penal.

Presentaram-se [87 casos e 162 de violações à liberdade de expressão](#), conforme a organização Espacio Público.

24 pessoas foram assassinadas segundo o [Observatório Venezuelano de Conflitividade Social](#).

Até 15 de março, a organização Foro Penal tinha recebido [59 denúncias por casos de tortura](#).

O número de pessoas feridas não tem sido calculado.

## > TEMAS ESPECIFICOS

### Do Caracazo aos protestos de 2014

Em fevereiro de 1989 ocorreu um forte protesto popular contra medidas econômicas do governo que afetavam os baixos salários dos setores pobres. A magnitude do protesto extravasou a capacidade das forças policiais e seguidamente o governo suspendeu as garantias constitucionais e mandou o Exército a reprimir. O saldo oficial foi 346 pessoas assassinadas, mas organizações não governamentais calcularam cerca de mil pessoas, a maioria delas devido ao uso excessivo da força.

Os eventos de fevereiro e março de 1989 representam o nível mais alto de violações aos direitos humanos na história contemporânea da Venezuela devido à quantidade de pessoas assassinadas, feridas por balas e desaparecidas. 25 anos depois, os familiares das vítimas ainda esperam pela pesquisa e punição dos responsáveis.

Os protestos de fevereiro e março de 2014 tiveram outra origem. Começaram como protesto estudantil contra a insegurança. Esse protesto foi reprimido e seis estudantes foram detidos e enviados a prisão. Ante essa situação, o movimento estudantil começou a fazer protestos nacionais para exigir a liberdade dos



Photo: El Carabobeño

estudantes presos, resultando em mais repressão e mais detidos. Nesse contexto, alguns líderes políticos da oposição convocaram um protesto para 12 de fevereiro de 2014 em diferentes estados do país contra o governo. No final de uma mobilização pacífica e massiva, ocorreram atos de violência que resultaram em três pessoas mortas, dois delas por disparos supostamente feitos pela polícia política SEBIN e a terceira por disparos feitos por particulares.

Grandes manifestações pacíficas foram feitas ante os assassinatos, mas também se mantiveram focos de violência em algumas cidades, resultando em novas mortes, feridos de bala, detidos e processados por terem protestado. Durante a redação deste artigo, a cifra oficial de mortos era 28 incluindo pessoas assassinadas por disparos tanto de oficiais policiais e militares quanto de particulares, bem como outras mortes no contexto das manifestações.

A atuação do Estado para restabelecer a ordem pública tem-se caracterizado pelo uso excessivo da força, usando armas de fogo, gás lacrimogêneo desmedido inclusive dentro de residências e maus tratos às pessoas detidas. Compreendemos que o dever do Estado é agir perante atos de violência, mas existem normas internacionais e nacionais que estabelecem o precedente sem gerar violações aos direitos humanos. Tanto no passado quanto no presente, medidas contrárias ao controle democrático e constitucional da ordem pública são levadas a cabo.

Um elemento característico da repressão em fevereiro-março 2014 e que apareceu como fenômeno político é a cooperação de

grupos paramilitares nas tarefas de repressão. A atuação tornou-se mais forte quando o presidente Nicolás Maduro, usando a expressão “chama que se acende, chama que se apaga”, incentivou as organizações sociais e grupos armados simpatizantes do governo a enfrentarem aqueles que participam nos protestos violentos. Esse chamado a fazerem tarefas de controle da ordem pública, além de inconstitucional, representou uma incitação a enfrentar povo contra povo, alentando a violência.

Uma iniciativa estimulada pelo governo como forma de responder à crise política resultado dos protestos, da violência e repressão foi citar a uma Conferência Nacional de Paz. O governo estabeleceu que ela seria sem condições. Setores empresariais e igrejas aceitaram o chamado, mas não o fizeram os partidos políticos de oposição nem os líderes estudantis opostos ao governo. Também não se uniram ONG de direitos humanos que não foram convidadas, nem outras organizações da sociedade civil.

Reuniões têm sido feitas pela Conferência, enquanto de forma paralela se mantêm significativos níveis de repressão, desqualificação das vozes dissidentes e ameaças e perseguição de alguns líderes políticos. O objetivo de reduzir os níveis de polarização política existente e violência não tem sido atingido até agora, nem têm sido geradas melhores condições para a convivência. Desde Provea, apostamos a um diálogo aberto, sincero e conectado aos chamados da sociedade para atender problemas como insegurança, escassez, alta inflação e falhas nos serviços públicos.

## > CONJUNTURA

### É urgente deter o acionar de grupos paramilitares na Venezuela

A participação de grupos paramilitares ou parapoliciais nas atividades repressivas contra protestadores tem evidenciado o perigo desses grupos no contexto da conflitividade social que a Venezuela tem vivido no mês de fevereiro. São muitos testemunhos, imagens e vídeos que mostram grupos de homens vestidos com roupa de civil, às vezes encapuzados, disparando contra protestadores, capturando-lhes, usando gás lacrimogêneo ou disparando contra vivendas. Ainda que esses grupos têm atuado no passado de forma isolada, agredindo protestadores, nas atuais circunstâncias eles têm sido vistos agindo junto com corpos de segurança do Estado em tarefas de controle violento das manifestações ou sob o olhar complacente de policias e militares que não fazem nada para detê-los. Esse nível de coordenação aberta e às claras é um dos elementos novos que caracterizam o acionar desses grupos.

No entanto, não se pode afirmar que esto seja uma política de Estado, mas é evidente um importante nível de tolerância desde altos níveis da estrutura do Estado. As evidencias mostram coordenação ao momento de reprimir os protestadores entre cargos médios dos corpos de segurança e os grupos de civis armados.

Tem-se tornado geral acusar das ações violentas aos chamados



*Os manifestantes são capturados por paramilitares / redes sociais*

coletivos, que são organizações populares ideologicamente simpatizantes com o governo nacional. Provea tem estado em contato com

essas organizações há algum tempo e sabemos que a maioria delas fazem trabalhos sociais com os habitantes de suas comunidades e ajudam a eles se organizarem para resolver os problemas comunitários. São poucos os grupos armados e eles próprios se reivindicam como isso, por exemplo o Movimento Revolucionário de Libertação Carapaica, o Coletivo La Piedrita e Tupamaros. Os últimos conseguiram ter inclusive vereadores eleitos com votos populares. Eles têm maior presença no 23 de Enero, um populoso bairro situado a oeste de Caracas e poderiam ter grupos em algumas zonas do interior do país. Também existe a chamada Força Bolivariana de Libertação, um grupo que se descreve a ele próprio como guerrilheiro e que atua a oeste do país, nos estados Apure e Barinas.

O governo tem tentado desarmar esses grupos, **especialmente no bairro 23 de Enero**, no contexto das políticas de desarme. No entanto, essas tímidas tentativas evidenciam uma falta de vontade política para seu desarmamento, tanto por parte desses grupos quanto por parte do Estado. Pelo outro lado, a impunidade dos crimes cometidos por essas estruturas incentiva a elas a manter-se e fazer novos crimes.

A experiência da Colômbia, com graves consequências em matéria de direitos humanos, mostra a urgência que tem o Estado venezuelano de adotar políticas sérias para desmontar esses grupos e levar à Justiça os responsáveis pelos crimes que tivessem cometido. Mesmo que no caso colombiano, os grupos parapoliciais ou paramilitares venezuelanos têm nascido à sombra do Estado e começam a agir de forma coordenada ou graças à omissão dos oficiais estatais que não cumprem com seu dever de reprimi-los. O acionar desses

grupos representam práticas contrárias ao monopólio exclusivo da força que deve estar unicamente no Estado.

Provea tem lembrado o Estado que as ações desses grupos comprometem sua responsabilidade internacional como tem sido estabelecido pela Corte Inter Americana de Direitos Humanos no relatório colombiano, pronunciando-se sobre o **massacre de Mapiripan** (parágrafo 123 da fonte) e sobre o **massacre de 19 comerciantes** (parágrafo 124 da fonte). A Corte tem expressado especialmente que esses grupos não são somente atuações individuais pois estão relacionadas as condutas ativas ou de omissão dos oficiais do Estado. Desta relação derivam as responsabilidades do Estado, bem como o fato de ele não adotar as medidas necessárias para proibir, prevenir e punir adequadamente as atividades criminosas de essas organizações.

É muito grave que o Presidente da República tenha incitado a povoação a enfrentar os protestadores o passado 5 de março. Provea tem lembrado as autoridades que elas não podem alentar o confronto do povo contra o povo; pelo contrário, **as atividades de controle da ordem pública são competência dos órgãos de segurança cidadã, os quais têm caráter civil e devem respeitar a dignidade e os direitos humanos sem nenhuma discriminação** (artigo 332 da Constituição). Em relação aos grupos paramilitares e parapoliciais, enquanto seus crimes continuam impunes, suas ações continuarão a serem incentivadas. É preciso que a Procuradora-Geral se aboque às investigações e que os juízes julguem os responsáveis diretos e indiretos.

Apoiar ativistas de direitos humanos



Já está disponível o Relatório Anual 2012 sobre a situação de Direitos Humanos na Venezuela no sítio web da PROVEA:  
[www.derechos.org.ve](http://www.derechos.org.ve)



### Programa Venezolano de Educación – Acción en Derechos Humanos

Tienda Honda a Puente Trinidad, Bulevar Panteón, Parroquia Altigracia,  
Edif. Centro Plaza Las Mercedes, P.B. Local 6, Caracas, Venezuela

Apartado Postal 5156, Carmelitas 1010-A

Teléfonos: (58) 212-860.66.69 / 862.53.33 / 862.10.11

Sítio web: <http://www.derechos.org.ve>

Twitter: @\_provea

E-mail: [investigación@derechos.org.ve](mailto:investigación@derechos.org.ve)